

A Influência do Enquadramento Midiático na Percepção Pública: Um Estudo de Caso sobre a Morte de Thiago Menezes Flausino¹

Arthur Sousa Mariano²
Ruthy Manuella de Brito costa³
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

RESUMO

O estudo investiga a influência do enquadramento midiático na percepção pública e na ilusão de imparcialidade, analisando notícias sobre a morte de Thiago Menezes Flausino nos portais G1 e R7. Com base em uma abordagem qualitativa e na técnica de análise de conteúdo, foram examinadas seis matérias — três de cada portal — considerando o uso das fontes, o tom discursivo, os temas destacados e os enquadramentos adotados. Os resultados mostram que o G1 apresentou uma abordagem investigativa e crítica, enquanto o R7 manteve-se mais alinhado às versões oficiais, com uma cobertura mais factual e menos profunda.

Palavras-Chave: enquadramento midiático; violência policial; representação midiática; R7; G1.

INTRODUÇÃO

A cobertura jornalística de casos criminais é um tema abordado com bastante frequência no Brasil, um país que enfrenta desafios significativos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos. Em 2023, a morte de Thiago Menezes Flausino, um adolescente baleado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro durante uma operação na Cidade de Deus, se destacou como mais um trágico exemplo de menores de idade vitimados em circunstâncias similares. Assim, o caso trouxe à tona questões cruciais sobre a atuação policial e como os meios de comunicação debatem esses eventos.

Este artigo visa analisar criticamente a cobertura noticiosa dos portais G1 e R7 sobre a morte de Thiago Menezes Flausino. O estudo busca comparar as abordagens jornalísticas dos dois veículos, identificar os enquadramentos e discursos predominantes nas notícias, e compreender os

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GTNE14 - Estudos da Comunicação, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Discente do 6º período de Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: asmariano@aluno.uespi.br

³ Doutoranda em Comunicação (PPGCOM UFPE). Mestra em Comunicação (PPGCOM UFPI). Professora Efetiva da Universidade Estadual do Piauí. ruthycosta@pcs.uespi.br.

aspectos éticos e jornalísticos envolvidos na cobertura de eventos relacionados à violência policial. Além disso, avalia-se o impacto e a influência desta cobertura na percepção pública do incidente.

Sobre a escolha dos portais para esta análise, foi levada em consideração a relevância e ampla audiência que ambos possuem no cenário midiático brasileiro. O G1, vinculado ao Grupo Globo, caracteriza-se pela produção de reportagens em diversas áreas do jornalismo, enquanto o R7, pertencente ao Grupo Record, apresenta uma linha editorial focada em conteúdos de grande apelo popular. Esta diferença de perfil editorial proporciona um terreno fértil para a análise comparativa proposta. Para embasar a análise, o artigo se apoiou nos seguintes fundamentos teóricos: a crítica da mídia, que discute o papel da mídia na sociedade contemporânea; a teoria do enquadramento (*framing*), na qual investiga como a escolha de diferentes enquadramentos moldam a percepção pública dos eventos; e a teoria do jornalismo e ética, que explora os princípios éticos na cobertura de eventos sensíveis.

A metodologia adotada foi uma análise de conteúdo, com foco na coleta e exame de seis notícias ao todo, sendo três publicadas no G1 e outras três do R7, sobre a morte de Thiago Menezes Flausino. Os critérios de análise incluem a identificação de temas centrais, enquadramentos predominantes nos veículos, escolha das fontes utilizadas, o tom da cobertura (objetiva, sensacionalista, investigativa). A análise comparativa entre os dois portais permitirá uma avaliação qualitativa das diferentes abordagens e suas implicações éticas e editoriais.

1 ÉTICA E ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICA NO VIÉS DA COBERTURA POLICIAL

A cobertura jornalística de episódios de violência, especialmente os que envolvem ações policiais em territórios periféricos, exige o compromisso com princípios éticos fundamentais, como a apuração precisa, a pluralidade de vozes e o distanciamento crítico em relação às fontes institucionais. No entanto, conforme apontam Palermo (2018) e Costa e Sima (2021), a prática jornalística muitas vezes se distancia desse ideal e adota o ponto de vista oficial como dominante. Essa escolha editorial, motivada tanto por conveniência quanto por alinhamentos ideológicos e econômicos, compromete a imparcialidade da cobertura e enfraquece o papel investigativo do jornalismo. A consequência disso é a simplificação de conflitos complexos e a produção de narrativas que minimizam a responsabilidade das forças estatais, especialmente em situações marcadas por violações de direitos.

Ao priorizarem fontes oficiais e adotarem um tom supostamente neutro, os veículos de comunicação podem reforçar estereótipos associados à violência urbana, vinculando-a automaticamente às favelas e seus moradores. Essa abordagem tende a ocultar os fatores estruturais que contribuem para os índices de criminalidade e a marginalização de populações vulnerabilizadas. Como mostra a análise de Cabral e Henriques (2022), que investigaram a cobertura das UPPs no Rio de Janeiro, há uma clara predominância de discursos que justificam a violência policial em nome da ordem, da pacificação e da legalidade. Os dados levantados revelam que apenas uma pequena parcela das reportagens questiona as ações das forças de segurança ou contextualiza os episódios de violência a partir de causas sociais mais amplas.

O enquadramento (framing), conceito central para a compreensão dessas práticas, é abordado por autores como Christofoletti (2010), que destaca como a mídia molda a percepção pública ao selecionar, excluir e enfatizar certos aspectos da realidade. Ao apresentar os fatos sob determinadas perspectivas — sejam elas episódicas, conflitivas ou estratégicas —, o jornalismo contribui para a construção de sentidos que ultrapassam o relato factual e influenciam diretamente a opinião pública. Sepúlveda (2022) reforça essa ideia ao argumentar que o jornalismo não funciona como um espelho neutro da realidade, mas como um espaço de disputa simbólica, onde certos discursos são legitimados em detrimento de outros. Essa disputa está atravessada por questões de classe, raça e território, especialmente quando os fatos noticiados ocorrem em áreas marcadas pela desigualdade urbana.

As consequências dessa lógica de enquadramento são perceptíveis na maneira como comunidades periféricas são retratadas na mídia. Com frequência, a narrativa jornalística recorre a dicotomias simplificadoras — como “cidade” versus “favela”, “ordem” versus “desordem”, “cidadão” versus “suspeito” —, reforçando a ideia de que há um inimigo interno a ser combatido. Esse tipo de construção simbólica, ao desumanizar os moradores desses territórios, legitima a violência institucional como resposta aceitável e necessária. Como observam Henriques et al. (2012), mesmo quando a mídia se propõe a dar voz às periferias, frequentemente o faz por meio de enquadramentos estigmatizantes, reproduzindo preconceitos e distanciando o público de uma compreensão crítica da realidade.

Dessa forma, a fundamentação teórica deste estudo parte da compreensão de que a cobertura jornalística é sempre atravessada por escolhas — de linguagem, de fontes, de foco — e que essas escolhas têm impacto direto na forma como os acontecimentos são interpretados socialmente. O jornalismo, enquanto mediador da realidade social, precisa reconhecer sua responsabilidade na

construção de discursos e na possibilidade de promover debates mais justos, informativos e democráticos.

2 ANÁLISE DO CASO THIAGO MENEZES FLAUSINO NOS PORTAIS G1 E R7

O caso de Thiago Menezes Flausino, morto em agosto de 2023 durante uma operação da Polícia Militar na Cidade de Deus (RJ), gerou repercussão pública e midiática. A análise de seis matérias — três do portal G1 e três do R7 — concentrou-se em três momentos: a morte do adolescente, o indiciamento dos policiais e, por fim, a prisão dos envolvidos. A proposta foi observar como cada veículo construiu sua narrativa a partir da escolha de fontes, enquadramentos e abordagem editorial.

Desde a primeira matéria, o G1 adotou uma postura investigativa, destacando denúncias da comunidade sobre a suposta execução e a manipulação da cena do crime. A ausência de câmeras nos uniformes dos policiais e o uso de um carro descaracterizado pela PM foram elementos tratados de forma crítica. Ao longo das matérias, o G1 manteve uma abordagem que contextualizava o caso dentro da lógica de violência estrutural contra territórios periféricos, utilizando fontes diversas — familiares, promotores, corregedoria, testemunhas e especialistas. Os enquadramentos predominantes foram de conflito e temático, o que ampliou a dimensão interpretativa das reportagens.

A segunda matéria do G1 aprofundou as acusações de fraude processual, omissão de socorro e abuso de autoridade, incluindo detalhes da investigação paralela feita pela família e registros audiovisuais que sustentavam a denúncia. Já na terceira matéria, sobre a prisão dos policiais, o portal reforçou o papel das instituições de justiça e da mobilização comunitária. A presença de imagens, vídeos e uma linguagem acessível, mas crítica, demonstrou um esforço de responsabilização e valorização das vozes periféricas.

Em contrapartida, o portal R7 apresentou uma cobertura predominantemente factual, com tom neutro e forte dependência de fontes institucionais. A primeira matéria limitou-se à descrição do ocorrido, priorizando a versão da Polícia Militar e omitindo elementos fundamentais, como a ausência de câmeras ou a investigação feita pela família. Os enquadramentos foram majoritariamente episódicos e estratégicos, com pouca contextualização social ou análise crítica.

Na matéria sobre o indiciamento dos policiais, o R7 manteve o foco nas decisões judiciais, destacando os protestos populares de maneira superficial e silenciando vozes relevantes para o

entendimento do caso. A última matéria, sobre a prisão, repetiu o padrão: título direto, ausência de aprofundamento investigativo e uso exclusivo de fontes oficiais. A repetição da mesma imagem de Thiago ao longo das matérias, sem diversificação de recursos visuais ou narrativos, reforça a impessoalidade da abordagem.

Comparando os dois portais, nota-se que o G1 constroi um jornalismo mais voltado ao interesse público, atento à complexidade social do caso, enquanto o R7 se aproxima de uma prática burocrática, informativa, mas carente de profundidade crítica. Essas escolhas editoriais não apenas informam de formas distintas, como também moldam a percepção pública sobre o caso, influenciando diretamente os sentidos atribuídos à violência policial e às comunidades periféricas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou expor a complexidade e influência presentes nos enquadramentos jornalísticos, discutindo sobre a percepção pública dos acontecimentos e destacando como a escolha de diferentes abordagens editoriais podem moldar a percepção da realidade. A ética jornalística, por vezes, pode acabar sendo distorcida e até mesmo descartada dependendo das orientações do veículo. Procurou-se analisar a questão da subjetividade e do preconceito na cobertura midiática, especialmente em relação às áreas periféricas e pouco favorecidas. A mídia tende a reproduzir uma visão estereotipada dessas comunidades, influenciando tanto a percepção externa quanto a autoimagem dos habitantes. Essa prática reforçaria o estabelecimento da marginalização e da violência que afeta profundamente a vida dos moradores dessas áreas.

A análise das coberturas dos portais G1 e R7 sobre o caso Thiago Menezes Flausino ilustrou de forma prática as teorias discutidas, revelando diferenças perceptíveis na forma de como cada portal aborda a violência policial e suas consequências sociais. Onde o G1 adota uma postura crítica e investigativa, enquanto o R7 se mantém factual e neutro. Em conclusão, é imperativo reconhecer que o jornalismo não apenas informa, mas também pode moldar a realidade e as percepções sociais. Portanto, a busca por uma prática jornalística ética e inclusiva deve ser contínua, promovendo a diversidade de perspectivas e questionando os processos que influenciam a produção de notícias. Só assim poderemos avançar para uma mídia que verdadeiramente sirva ao interesse público, contribuindo para uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

CABRAL, M. M.; HENRIQUES, R. D. S. P. Apontamentos acerca da cobertura jornalística sobre políticas públicas de segurança no Brasil. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21054>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CHRISTOFOLETTI, R. (org). **Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo**. Covilhã: Labcom Books, 2010, 201 p.

COSTA, E.; SIMAS, M. Jornalismo ético, liberdade de expressão e credibilidade: dilemas do profissional de jornalismo nas mídias sociais. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 248–263, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/179112>. Acesso em: 11 abr. 2024.

PALERMO, L. C. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-236, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/21480>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SEPÚLVEDA, L. A. Um jornalismo sem raça? O inteligível e enlutável na cobertura da Folha de S. Paulo sobre a violência policial. **LÍBERO**, [s. l.], n. 51, p. 241-255, 2022. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1615>. Acesso em: 18 maio. 2024.